

A CRÍTICA E A POLÊMICA EM TORNO DO ISEB

Alexsandro Eugenio Pereira
Universidade de São Paulo

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) constitui um tema ainda pouco explorado pelas Ciências Sociais. São raros os trabalhos que procuraram fazer uma análise exaustiva a respeito de sua produção intelectual ou da ação política, seja da instituição, seja de seus intelectuais. A prova disso é que se passaram dezesseis anos até que tenha surgido a reedição de um dos trabalhos mais significativos sobre o ISEB — o livro de Caio Navarro de Toledo. Se o ISEB não foi um objeto privilegiado por muitos estudos acadêmicos, o mesmo não se pode dizer do número de polêmicas geradas pela publicação de *ISEB: fábrica de ideologias*. Bolívar Lamounier (1979), Maria Sylvania de Carvalho Franco (1978) e intelectuais isebianos como Nelson Werneck Sodré (1978) e Hélio Jaguaribe (1979) promoveram um debate no final da década de setenta a respeito das idéias geradas por esta instituição, do alcance de suas formulações e dos objetivos políticos e ideológicos expressos por seus diferentes intelectuais. Parece-me, portanto, salutar essa reedição do livro de Caio Navarro de Toledo pela Editora da UNICAMP¹. Que ela possa reacender o debate e o interesse em torno do ISEB e motivar, também, outros trabalhos a respeito da instituição.

ISEB: fábrica de ideologias foi publicado originalmente em 1978. Corresponde à tese de doutorado em Filosofia do autor, defendida em 1974 sob orientação de Maria Sylvania de Carvalho Franco. Trata-se de um livro fundamental, pois foi o primeiro trabalho que procurou sistematizar a produção intelectual do ISEB no seu período “desenvolvimentista”, traçando suas linhas gerais, suas fontes filosóficas e os limites impostos às formulações ideológicas isebianas pela realização concreta das políticas de desenvolvimento econômico. O autor privilegia em sua análise a produção isebiana correspondente aos anos cinquenta, nos quais a instituição publicou boa parte de seus textos e livros. Faz, porém, algumas considerações a respeito da mudança que a instituição sofreu a partir do final da década de cinquenta, direcionando-se, nos anos sessenta, menos à pesquisa e à análise e mais à luta política pelas chamadas “reformas de base”.

O livro está dividido, basicamente, em três partes. Na primeira, o autor examina a ênfase que os isebianos deram à necessidade de construção de uma “ideologia do desenvolvimento”². Tal “ideologia” seria responsável pela promoção do desenvolvimento econômico na medida em que atuaria sobre as “consciências”, direcionando-as para a realização de uma meta comum, no caso, a superação das condições de atraso e subdesenvolvimento do País através do processo de industrialização. Ao defenderem a primazia do projeto ideológico, os isebianos teriam negado uma tese vigente naquele momento a respeito do “fim das ideologias” (cf. p. 44). Ao contrário de autores como R. Aron, S. Lipset e M. Duverger — que afirmavam estar ocorrendo nas sociedades industriais e tecnocráticas um processo de “desideologização” e uma crescente amortização da consciência política — os isebianos estariam promovendo o que Toledo denominou de “reabilitação das ideologias”. O autor analisa também a relação entre *ciência e ideologia* no interior do pensamento isebiano, apontando o que será a tese central de seu livro: “impossibilitados que estiveram os isebianos de constituir uma teoria crítica das ideologias — em virtude do conceitual teórico com que operavam —, foram vítimas do processo de *ideologização* do pensamento; em outras palavras, foram incapazes de se livrar da *ideologização* da própria ideologia que buscavam produzir como verdade do momento histórico” (p. 61, grifado no original). Mais adiante retomarei o exame dessa tese que suscitou críticas e “protestos” por parte de intelectuais pertencen-

¹ O texto apresenta problemas de revisão que não existiam na duas edições anteriores da Editora Ática. Faltou uma revisão mais apurada que pudesse eliminar os erros que podem ser encontrados nesta terceira edição de *ISEB: fábrica de ideologias*.

² Para Toledo, não houve unanimidade dentro do ISEB a respeito do “conteúdo, limites e possibilidades da ideologia nacionalista” (pp. 143-144). Teria havido, sim, várias “compreensões ideológicas do nacionalismo” entre os isebianos. Por esse motivo, o autor denomina o ISEB uma “fábrica de ideologias”, título do livro.

centes e não-pertencentes aos quadros do ISEB.

Na segunda parte do livro, Toledo examina a alienação como um conceito central no pensamento isebiano e as fontes filosóficas da sua produção intelectual. Para o autor, o conceito de alienação utilizado estava fundado no existencialismo e pouco tinha a ver com a análise marxista acerca da alienação do trabalho. A fundamentação das categorias utilizadas pelos isebianos no pensamento existencial tem conseqüências do ponto de vista analítico, pois orientaria tanto a defesa que fizeram da necessidade de uma “ideologia do desenvolvimento”, como também o exame das questões concretas relativas ao desenvolvimento. Toledo procura demonstrar esse argumento através da idéia, comum entre os isebianos, de que o desenvolvimento representaria a superação da incapacidade da nação de determinar seu próprio destino histórico. No lugar da “nação alienada” surgiria, para os intelectuais do ISEB, uma nação construída de forma autônoma e independente pela intensificação do processo de industrialização.

Na terceira parte, Toledo analisa a compreensão específica que os isebianos tiveram a respeito da estrutura social brasileira. Segundo ele, os trabalhos do ISEB não apresentam um tratamento rigoroso sobre o tema das classes sociais, baseando-se apenas em “esquemas sumários e, por vezes, extremamente simplistas” (p. 133). A ausência de um tratamento rigoroso das classes estaria diretamente relacionada, dentro do pensamento isebiano, à concepção segundo a qual a sociedade brasileira, na “etapa desenvolvimentista”, tenderia mais à aliança de classes e à eliminação dos conflitos sociais do que à exacerbação desses conflitos. É baseado nessa análise que Toledo conclui que o ISEB seria co-responsável pelo “obscurcimento” da consciência política das classes proletárias ao colocar em segundo plano a contradição fundamental das sociedades capitalistas entre capital e trabalho. Esse ponto, particularmente importante dentro da argumentação do autor, também será retomado mais adiante.

Considero que a análise feita por Toledo aparece, junto com o trabalho de Alzira Alves de Abreu (1975), como as duas mais significativas interpretações feitas sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros³. Entre esses dois trabalhos há, porém, uma diferença de ênfase. Caio Toledo analisa a *produção intelectual* da instituição enquanto Alzira Abreu privilegia a *ação política* do Instituto, compreendendo o grupo de intelectuais que o compõem como um “grupo de interesse”. O que permite a autora caracterizar o ISEB como grupo de interesse é a existência de uma preocupação comum que reuniria o grupo. Essa preocupação seria a formulação de alternativas políticas para o desenvolvimento brasileiro a partir das quais os intelectuais desse grupo pretendiam exercer influência sobre os centros de decisão política, tentando converter suas propostas em orientações gerais da política de desenvolvimento. A partir de então, afirma a autora, “os procedimentos predominantes nos primeiros anos de atividade da instituição são a argumentação, a persuasão, por intermédio de cursos, de conferências e de estudos sobre os problemas do desenvolvimento brasileiro e a indicação de soluções para esses problemas” (ABREU, 1975: 287). Porém, a partir do momento em que tais procedimentos tornam-se inoperantes, o ISEB procura aliar-se a outros grupos, localizados na periferia dos centros de poder e passa a utilizar-se da pressão como meio para convencer os centros de decisão a adotarem as soluções que os intelectuais isebianos apresentariam como a única via possível para o curso rápido do processo de desenvolvimento (ABREU, 1975: 287).

A interpretação de Toledo, porém, foi a que suscitou polêmica no final dos anos setenta. O debate que se seguiu à publicação do livro esteve centrado em duas questões fundamentais: (i) a da impossibilidade de se fazer, dentro do pensamento isebiano, uma distinção entre ciência e ideologia; (ii) a do caráter autoritário ou não presente na produção intelectual do ISEB.

Das duas questões acima enunciadas a mais importante e controversa foi a da não-distinção entre ciência e ideologia no pensamento isebiano. Seu autor reitera, em diversos momentos do livro, a tese segundo a qual

³ Não desconsidero aqui a importância de outras análises sobre o ISEB. Mota (1977), Mantega (1991) e Pécaut (1990) escreveram sobre a instituição numa perspectiva próxima da de Toledo. Debert (1986) também ocupou-se da análise do Instituto. Privilegia, porém, os anos sessenta e faz uma análise do “discurso nacionalista” do ISEB, baseando-se num texto escrito por Osny Duarte Pereira (1963). Apesar de ser uma análise importante, não privilegia uma parcela substantiva das formulações isebianas e a heterogeneidade de posições políticas e ideológicas existentes na instituição, especialmente nos anos cinquenta. Bielschowsky (1988) situa o ISEB como resultante da renovação e da institucionalização do pensamento econômico do desenvolvimentismo ocorrido nos anos cinquenta. O ISEB, segundo esse autor, foi um dos centros de difusão das idéias desenvolvimentistas. Estudos sobre intelectuais do ISEB também podem ser encontrados. V., por exemplo, CRUZ, 1980.

a produção intelectual do ISEB — que se apresenta como “ciência” — foi marcada por um processo de “ideologização” (cf. especialmente pp. 61-73 e pp. 195-196). O processo de “ideologização” da produção teórica teria ocorrido em função da ênfase dada pelos intelectuais à necessidade imperativa de elaboração de uma “ideologia” que antecederia a concretização do desenvolvimento nacional. Para Toledo, essa “ideologia” é afirmada nas formulações isebianas como a “verdade” do momento histórico brasileiro. Uma “ideologia” que é postulada como “autêntica” na medida em que corresponderia às aspirações do conjunto da nação. Ao defenderem, quase unanimemente, essa necessidade imperativa, os isebianos teriam conferido à prática ideológica atributos que se confere normalmente à ciência, como a objetividade e a veracidade. Tomando *Consciência e realidade nacional* de Álvaro Vieira Pinto como parâmetro para a análise, o autor sustenta que no pensamento desse intelectual os limites entre ciência e ideologia não são claros. Segundo ele, à exceção de Alberto Guerreiro Ramos, a distinção entre essas duas esferas não foi tomada pelos autores do ISEB como um problema teórico. Nesse sentido, como os limites entre ciência e ideologia não foram pensados pelos isebianos como problema teórico, “chega-se, às vezes, a reduzir toda a atividade científica a razões de ordem puramente pragmática e de pura conveniência” (p. 68, grifo meu). Em outra passagem, Toledo novamente reitera seu posicionamento em relação ao pensamento isebiano, afirmando que a objetividade científica apresenta-se inteiramente *dependente* do projeto ideológico. De quebra, esse projeto legitimaria os resultados da prática científica.

Nelson Werneck Sodré protestou de forma veemente e, por vezes, irônica a essa interpretação. Comentando as críticas de Carlos Guilherme Mota (1977), Maria Sylvia de Carvalho Franco e Caio Navarro de Toledo ao ISEB, solicita a seus críticos um lugar entre os intelectuais brasileiros que estudam o marxismo: “Estudioso do marxismo [diz ele], não alcancei, nesse campo, certamente, as alturas teóricas da sra. Maria Sylvia de Carvalho Franco ou do sr. Francisco Corrêa Weffort, que parece, são os marxistas clássicos e modelares para o sr. Caio Navarro de Toledo. Peço apenas que *ele não me recuse entrada em recinto presidido por autoridades tão conspicuas e me conceda, quando menos, um certificado de frequência*” (SODRÉ, 1978: 150-151, grifo meu). Sodré, na verdade, em parte é “absolvido” na análise de Toledo por não ter partilhado da crença comum entre os demais isebianos sobre a necessidade de elaboração de uma “ideologia do desenvolvimento”. Em parte, pois assim como os demais intelectuais do ISEB analisados no livro, Sodré também concordaria com a tese segundo a qual a contradição principal da formação social brasileira não seria, *ainda*, entre capital e trabalho. Para os intelectuais isebianos, inclusive Nelson Werneck Sodré, a oposição entre “nação e antinação” seria a contradição principal em vigor no País, representada internamente pela oposição entre os setores nacionais progressistas (como a burguesia industrial e os trabalhadores urbanos interessados na industrialização) e os setores “retrógrados”, ligados tanto ao passado colonial brasileiro, como também às classes dirigentes dos países dominantes, interessadas em manter a condição econômica vigente no País.

É certo, porém, que a crítica contundente de Caio Navarro de Toledo ao ISEB está orientada pelas teses de L. Althusser e N. Poulantzas a respeito da análise da ideologia nas formações sociais capitalistas. Na Introdução do livro (cf. pp. 28-32), Toledo procura discutir o caráter problemático de uma teoria da ideologia em geral, levantando, com base nos autores citados acima, a problemática relação entre ciência e ideologia. Partindo da tese de Marx expressa n’ *A ideologia alemã*, segundo a qual a ideologia dominante em uma sociedade de classes é a ideologia da classe dominante, Althusser e Poulantzas afirmaram que as ideologias das classes dominadas estariam subordinadas ou “contaminadas” pela ideologia da classe dominante. Nessa medida, estas classes estariam também subordinadas, no plano ideológico, à estrutura de dominação imposta pela classe dominante em uma formação social capitalista, afetando com isso suas práticas políticas e ideológicas. Portanto, a transformação dessas práticas seria possível, para Althusser e Poulantzas, se a ciência viesse em “socorro” das classes subalternas, pois ela — ciência — se constitui num plano distinto e exterior ao do ideológico.

Essas proposições influenciaram de forma decisiva a análise do autor de *ISEB: fábrica de ideologias*, pois Toledo tenta mostrar como o pensamento isebiano, marcado por inconsistências teóricas no que tange à discussão de uma teoria das classes sociais, da alienação e das contradições sociais presentes numa sociedade capitalista (cf. pp. 81-105), acabou privilegiando a ideologia em detrimento da ciência, abrindo terreno para a “mistificação” e para o “obscurecimento” da consciência das classes dominadas (cf. p. 188)⁴. Essa “mistifi-

⁴ A bem da verdade, Toledo não considera o ISEB como o único responsável pelo que ele chamou de “mistificação” e “obscurecimento” da consciência das classes dominadas (ver p. 188). A UNE (União Nacional dos Estudantes) e o Partido Comunista, por exemplo, também teriam incorporado aos seus discursos o nacionalismo responsável por essa “mistificação”.

ção” seria produto da ênfase dada pelos isebianos à idéia segundo a qual a “ideologia do desenvolvimento” agiria como instrumento de uma *aliança de classes* entre a burguesia industrial (ou “nacional”) e os trabalhadores urbanos. Afirmando que essa “ideologia” representaria os interesses do conjunto da nação e que a contradição entre capital e trabalho somente surgiria a partir do momento em que o desenvolvimento nacional se consolidasse, o pensamento isebiano teria se situado, segundo Toledo, nos “quadros de pensamento da classe hegemônica” (isto é, da burguesia industrial) (cf. p. 184). Portanto, a “ideologia do desenvolvimento”, gestada pelo ISEB nos anos cinquenta, seria também uma ideologia de classe, embora, como reconhece Toledo, os intelectuais que a formularam acreditassem que ela teria emergido *a partir e para* as chamadas “massas nacionais”.

Dois textos, publicados por Hélio Jaguaribe⁵ e Bolívar Lamounier em 1979, criticam esse ponto específico da análise de *ISEB: fábrica de ideologias*. De um modo geral, tanto Jaguaribe (1979: 102) como Lamounier (1979: 154) afirmam que Toledo não procurou relacionar o ISEB com o contexto histórico particular dentro do qual a instituição se movimentou. Caio Navarro supõe que a ideologia isebiana teria se constituído *dentro e a partir* do quadro econômico-social e político dos anos cinquenta, embora não examine essa conjuntura ou as conexões entre ela e as formulações ideológicas isebianas (cf. p. 27). Porém, para Lamounier, esse exame seria essencial, pois o nacionalismo conteria um elemento de mistificação que estaria convivendo com outros elementos particulares daquele contexto histórico. Lamounier compreende que os textos dos intelectuais do ISEB não se “revelam inteiramente sem uma referência à situação política e intelectual que os circundava” (LAMOUNIER, 1979: 154). Para ele, seria anacrônico e exagerado “cobrar” dos isebianos uma discussão a respeito de uma “teoria das classes sociais” (como fez Toledo) em virtude, primeiro, do baixo grau de institucionalização das Ciências Sociais naquele momento e, segundo, em virtude do pouco conhecimento que se tinha entre os cientistas sociais brasileiros a respeito das classes sociais (cf. LAMOUNIER, 1979: 155). Mas a crítica mais contundente de Lamounier ao trabalho de Toledo diz respeito à tese acima esboçada segundo a qual o pensamento isebiano teria sido co-responsável por uma “mistificação” e um “obscurcimento” da consciência das classes subalternas. Para ele, o “jargão nacionalista” significava nos anos cinquenta o contrário de uma “mistificação”, pois representava, antes de tudo, uma crítica ao *status quo*, “uma tomada de consciência de inúmeros problemas, entre os quais o da desigualdade, quer ou não percebida em termos de estrutura de classes; e, sobretudo, *significava abertura política, abertura de um espaço maior para a participação*” política (LAMOUNIER, 1979: 156, grifo meu). Em outros termos, a crítica desse autor visa desmontar duas conclusões (a primeira delas fundamental) presentes na análise de Toledo sobre o ISEB e nas considerações de Maria Sylvania de Carvalho Franco (1978): em primeiro lugar, a já mencionada “mistificação” de que seria co-responsável o ISEB; em segundo lugar, o caráter autoritário existente no pensamento isebiano.

Esse segundo aspecto é mencionado, de forma breve, por Toledo (cf. p. 175). Segundo o autor, o pensamento isebiano, nos anos sessenta, teria assumido uma feição mais propriamente “autoritária” tendo em vista a *defesa* do desenvolvimento econômico a qualquer custo em substituição a idéia da “ideologia do desenvolvimento” *como forma de promoção* desse desenvolvimento (idéia predominante no período desenvolvimentista).

⁵ Em seu texto, Jaguaribe afirma que houve, dentro do ISEB, uma preocupação com a discussão teórica a respeito do tema da ideologia. Segundo ele, no campo teórico os isebianos teriam acompanhado Karl Mannheim e a Sociologia do Conhecimento (cf. JAGUARIBE, 1979: 99). O fundamental nas considerações de Jaguaribe é notar que havia dentro do ISEB uma concepção teórica particular sobre a ideologia. Tratava-se de uma concepção distinta da marxista na medida em que não considerava a ideologia como “falsa consciência” ou como terreno dentro do qual também se articula a estrutura de dominação de classe vigente nas formações sociais capitalistas. Era, portanto, uma concepção que considerava o pensamento ideológico como aquele que “procura emprestar validade geral ou universal a propostas decorrentes de interesses de classe e de grupo” (JAGUARIBE, 1979: 99). Essa idéia pode ser interpretada de duas formas: ou a produção da ideologia isebiana, em virtude das condições sociais vigentes e das concepções intelectuais nela inscritas, operou dentro dos quadros de pensamento da burguesia industrial (Toledo); ou visava construir um terreno de aliança entre as classes (Lamounier). Esses dois pontos de vista, na verdade, não são excludentes. Trata-se de uma questão de ênfase. Considero que o ISEB esteve envolvido diretamente na tentativa de se construir um consenso em torno de propostas de execução política do desenvolvimento econômico, atuando com o principal instrumento de que dispunha: a análise científica. Não se pode negar que a pretensão de construir um consenso tem implicações do ponto de vista político. E, nessa medida, indiretamente o ISEB acabaria corroborando em parte o projeto oficial de desenvolvimento econômico, embora tenha feito muitos reparos à condução do desenvolvimento pelo governo Kubitschek e, dentro dele, tenham surgido vozes discordantes sobre a política econômica (cf., por exemplo, GUERREIRO RAMOS, 1960).

Mas é em “O tempo das ilusões”, texto escrito por Maria Sylvania de Carvalho Franco — que serviria inicialmente como Prefácio à primeira edição de *ISEB: fábrica de ideologias* —, que a idéia apenas mencionada por Toledo é desenvolvida de forma mais aprofundada. A autora defende que os intelectuais isebianos tiveram uma concepção instrumental do papel do cientista: esse último seria o responsável pela elaboração de uma “ideologia” que pudesse servir como “motor do processo de transformação” das condições objetivas em que viveriam os homens (FRANCO, 1978: 161). No interior do ISEB, a falta de precisão teórica aliada a uma distorção do idealismo teriam, para a autora, uma função específica: “ratificar seu conservadorismo e seu autoritarismo”. Sustentariam, também, “uma ideologia de classe com base na primazia da consciência dos que monopolizam o saber e o poder (o cientista, o filósofo, o industrial, o burocrata), cujas representações são qualificadas de *autênticas e verdadeiras* porque estariam refletindo a imagem do *processo histórico e de seus limites*” (FRANCO, 1978: 163, grifado no original).

Como é possível perceber, Carvalho Franco aprofunda ainda mais a crítica ao ISEB. Não é sem motivo que os críticos dessa interpretação mencionam Carvalho Franco e Toledo como representantes de um tipo de análise relativa ao ISEB predominante entre as Ciências Sociais de São Paulo. Deixando de lado a antiga rivalidade regional, o importante a salientar é a discordância de Lamounier quanto ao alegado caráter autoritário existente na produção intelectual isebiana. Para ele, o ISEB teria denunciado os problemas de representação política⁶ do País na conjuntura do desenvolvimentismo, onde os chamados setores “antinacionais” ou “parasitários” (as expressões pertencem aos isebianos) — como a burguesia agrário-mercantil — encontravam-se melhor organizados e representados nas instâncias de poder, como o Congresso Nacional e certos setores do aparelho estatal. É dentro desse quadro que os isebianos teriam proposto a aliança de classes entre os chamados setores “progressistas” (burguesia industrial, trabalhadores urbanos) e deles com o poder Executivo. O processo histórico revelaria mais tarde que esse ponto de vista tornou-se equivocado na medida em que a burguesia industrial teria se associado ao capital estrangeiro e à burguesia agrário-mercantil. Porém, Lamounier tenta mostrar que o pensamento dos intelectuais do ISEB esteve mais próximo da análise das condições objetivas que impossibilitavam a ampliação do sistema de representação política do que de um obscurecimento dos problemas que obstruíam a organização política dos trabalhadores (cf. LAMOUNIER, 1979: 157). A ideologia isebiana, conclui o autor, visava construir um amplo terreno de aliança política e pretendia criar as bases para uma “arregimentação de forças”, o que seria, para Lamounier, legítimo. Essa interpretação difere e muito do caráter ou da “feição autoritária” do pensamento isebiano, apontados por Toledo e Carvalho Franco.

* * *

Apesar de ser um livro importante, *ISEB: fábrica de ideologias* não pode ser considerado uma análise definitiva sobre a instituição. Seu autor não examina, por exemplo, os textos de economia de Ignácio Rangel, Gilberto Paim e Ewaldo Correia Lima, economistas que integravam os quadros do Instituto. Ele considera que esses textos tiveram uma “quase inteira autonomia” no conjunto da produção intelectual isebiana (cf. p. 27). Por esse motivo, optou por não analisá-los. Na verdade, esses textos foram fundamentais e não tiveram essa “quase inteira autonomia” dentro da produção intelectual do Instituto.

A produção intelectual do ISEB deve ser analisada a partir das suas duas dimensões fundamentais: a elaboração de “ideologias” e a análise econômica. Entre essas duas dimensões há uma complementaridade necessária na medida em que a análise econômica sustenta, do ponto de vista concreto, a elaboração de “ideologias”. Em vários textos, a análise de situações concretas empreendida por economistas e intelectuais ligados ao ISEB, como Ignácio Rangel, Gilberto Paim, Ewaldo Correia Lima, Jesus Soares Pereira e outros, revela que o ISEB tinha uma concepção própria a respeito do papel do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico, do aproveitamento da capacidade ociosa existente na economia brasileira e da

⁶ Essa interpretação encontra ressonância na análise de textos escritos por intelectuais do ISEB, onde é possível notar uma preocupação com a operacionalização das políticas de desenvolvimento. Alberto Guerreiro Ramos (1960), num ensaio intitulado “O controle ideológico da programação econômica”, por exemplo, escreveu a respeito da força que determinados grupos de pressão tinham sobre o processo decisório no Brasil. Essa pressão era possível, segundo Guerreiro Ramos, graças à inadequação do sistema de representação política do Brasil. Nesse sentido, o autor sustentou a necessidade de uma reforma política no País que pudesse alterar essa situação (cf., a esse respeito, GUERREIRO RAMOS, 1960); ou a crítica de Hélio Jaguaribe (1958: 41-42) a respeito da existência de uma “política de clientela” no interior do aparelho estatal no Brasil que afetaria sua eficácia para a concretização de políticas de desenvolvimento.

necessidade de se proceder algumas reformas tanto políticas como econômicas — como a reforma agrária, a reforma da estrutura do Estado e a reforma política — para que as políticas de desenvolvimento significassem, de fato, a incorporação de uma parcela da população até então excluída da participação nos resultados do desenvolvimento econômico⁷.

De qualquer modo, é possível concordar que se trata de um livro de consulta indispensável para aqueles que queiram estudar essa instituição, inserida num quadro socioeconômico e político particular em que o processo de desenvolvimento econômico intensifica-se ao lado do surgimento de assessorias técnicas e órgãos de gestão econômica no interior do aparelho de Estado, que serão responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento. O ISEB surgiu, em grande medida, como o resultado dessas condições específicas e, por esse motivo, procurou responder à demanda existente no período por estudos e análises que pudessem dar respostas aos problemas do desenvolvimento econômico no Brasil. Nessa medida, as conexões existentes entre a instituição e as diferentes agências estatais que emergem no período, as relações que ela estabelece diretamente com a sociedade brasileira da época e a influência que o seu pensamento pode ter exercido na formação de uma tecnoburocracia estatal que exerceu um papel importante durante o regime militar são questões que permanecem, ainda hoje, inexploradas. A relevância dessas questões faz com que eu considere o ISEB merecedor hoje de um tratamento mais “generoso” por parte das Ciências Sociais no Brasil.

Recebido para publicação em abril de 1998.

Alexsandro Eugenio Pereira é Graduado em Ciências Sociais pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), Mestre em Ciência Política pela USP (Universidade de São Paulo) e doutorando em Ciência Política na USP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. A. de.** (1975). *Nationalisme et action politique au Brésil: Une étude sur l'ISEB*. Thèse Pour le Doctorat de 3^o Cycle. Paris, Université René-Descartes.
- BIELSCHOWSKY, R.** (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- CRUZ, P. D. C.** (1980). *Ignácio Rangel, um pioneiro — o debate econômico do início dos anos sessenta*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- DEBERT, G. G.** (1986). *A política do significado no início dos anos 60: O nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado. 2 Vols. São Paulo, FFLCH/USP.
- DUARTE PEREIRA, O.** (1963). “O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base”. *Revista Brasiliense*. São Paulo, 47, maio/junho.
- EUGENIO PEREIRA, A.** (1998). *Estado, capital estrangeiro e desenvolvimento econômico na produção intelectual do ISEB: 1955-1964*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP.
- FRANCO, M. S. de C.** (1978). “O tempo das ilusões”. In: CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GUERREIRO RAMOS, A.** (1960). *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Saga.
- JAGUARIBE, H.** (1958). *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB.
- JAGUARIBE, H.** (1979). “ISEB — Um breve depoimento e uma reapreciação crítica”. *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, 14: 94-110, out./nov.

⁷ Uma análise mais aprofundada da relação entre essas duas dimensões da produção intelectual do ISEB pode ser encontrada em EUGENIO PEREIRA, 1998.

LAMOUNIER, B. (1979). "O ISEB: notas à margem de um debate". *Discursos*, São Paulo, 9: 153-158.

MANTEGA, G. (1991). *A economia política brasileira*. Petrópolis, Vozes.

MOTA, C. G. (1977). *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ática.

PÉCAUT, D. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática.

SODRÉ, N. W. (1978). "Brasil: a luta ideológica". *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, 3.

* * *